##

## Discurso do Senhor Embaixador Tovar da Silva Nunes,

## Representante Permanente do Brasil junto ao Escritório das Nações Unidas em Genebra, por ocasião do exame do Brasil durante a 41a sessão do Grupo de Trabalho da Revisão Periódica Universal

##  (Genebra, 14 de novembro de 2022)

Senhor Presidente,

Em nome do Ministério das Relações Exteriores, permita-me sintetizar a recente atuação internacional do Brasil na promoção e proteção dos direitos humanos. Nosso norte, em todas as iniciativas, tem sido a efetivação da prevalência dos direitos humanos, princípio regente da política externa brasileira inscrito no artigo 4º de nossa Constituição.

Por isso, fortalecemos nosso sólido e tradicional engajamento com mecanismos internacionais de direitos humanos. Estamos entre os países que mais vezes foram eleitos para o Conselho de Direitos Humanos. Em 2019, tivemos a honra de sermos reconduzidos para um quinto mandato, que concluiremos agora, em 2022. Com o desejo de preservar essa tradição, que muito nos orgulha, lançamos nossa candidatura ao mandato 2024-2026, reafirmando nosso compromisso com os mais altos padrões de direitos humanos e com um Conselho imparcial e efetivo.

Nos últimos dois mandatos, buscamos prosseguir em nossa atuação propositiva. Entre outras iniciativas, reapresentamos resoluções consensuais sobre temas de suma importância, sobretudo no contexto da pandemia, como o acesso a vacinas e medicamentos; o direito ao mais alto padrão atingível de saúde física e mental; e os direitos humanos no contexto do HIV/AIDS; além de outros projetos, como o direito à privacidade na era digital.

Em relação aos procedimentos especiais, somos um dos países mais visitados por detentores de mandato, aos quais estendemos convite permanente desde 2001. De 2017 para cá, recebemos quatro visitas, que nos permitiram aprofundar o diálogo construtivo com os respectivos relatores. Temos sido diligentes em responder a todos os questionamentos a nós dirigidos. Semelhante atitude cultivamos com os órgãos de tratado. Graças a amplo esforço interministerial, tenho a satisfação de anunciar que o Brasil, hoje, está em dia com a entrega de todos os relatórios de tratados devidos.

Senhor Presidente,

O Brasil ratificou 16 dos 18 principais tratados de direitos humanos. Em 2017, ratificamos o terceiro Protocolo Opcional à Convenção sobre os Direitos da Criança. Permanecem sob consideração ativa do governo o Protocolo Opcional ao PIDESC e a Convenção sobre Trabalhadores Migrantes, esta última já em discussão no Congresso Nacional.

Em 2022, para fortalecer nossas políticas de combate ao racismo, ratificamos a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância. Aprovada por maioria qualificada no Congresso Nacional, a Convenção tornou-se o quarto tratado de direitos humanos incorporado ao ordenamento brasileiro com status de emenda constitucional, ao lado de outros três sobre direitos das pessoas com deficiência.

No âmbito regional, temos ampliado nosso tradicional engajamento com a Corte e a Comissão Interamericanas de Direitos Humanos. Em agosto de 2022, a convite do governo brasileiro, sediamos, em Brasília, pela terceira vez, um período ordinário de sessões da Corte Interamericana. Essa cooperação frutífera tem resultado em diversos convênios de cooperação com o Sistema Interamericano, sobretudo com o Poder Judiciário, para a implementação da jurisprudência interamericana no Brasil.

Outro tema prioritário é a defesa da liberdade de religião. Preocupados com as crescentes violações a esse direito, em 2020, co-fundamos a Aliança Internacional para a Liberdade de Religião ou Crença e, em 2021, tornamo-nos observadores da Aliança Internacional de Memória do Holocausto. Queremos que o Brasil seja um lugar seguro para quem busca viver e professar sua fé livremente. Assim, seguimos abrindo nossas fronteiras para acolher pessoas em busca de refúgio, de diversas regiões, incluindo, desde 2021, do Afeganistão e da Ucrânia.

Senhor Presidente,

Em todas as suas ações, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil busca refletir no plano internacional a prioridade interna atribuída aos direitos humanos, elemento indissociável de nossa identidade democrática, voltada à construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Passo a palavra à Senhora Yvelônia dos Santos Araujo, Secretária Nacional de Assistência Social, do Ministério da Cidadania.

Muito obrigado.